

SERVENG CIVILSAN S.A. - EMPRESAS
ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

SERVENG CIVILSAN S.A. - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e diretores da
Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

CNPJ: 48.540.421/0001-31

Balancos patrimoniais

Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Consolidado	
		2023	2022			2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	733	695	Fornecedores	13	13.891	5.583
Aplicações financeiras	4	3.001	2.728	Obrigações tributárias	14	8.448	7.376
Contas a receber	5	27.928	18.600	Obrigações trabalhistas		6.140	2.734
Estoques	6	11.577	9.223	Outras contas a pagar		32.999	9.167
Impostos a recuperar	7	5.056	7.339			61.479	24.860
Participações em consórcios	8	17.709	19.124	Não circulante			
Despesas antecipadas		430	-	Obrigações tributárias	14	11.887	16.570
Outras Contas a Receber	9	5.847	4.334	Provisão para demandas judiciais	15	24.202	13.488
		72.281	62.043	Mútuo a pagar	16	12.000	-
Não Circulante				Receita diferida		-	-
Contas a receber	5	193.416	172.292	Provisão para perdas em investimentos	11	-	11.131
Precatórios a receber	10	79.847	83.366			48.089	41.189
Depósitos judiciais		46.852	52.888	Patrimônio líquido	17		
Imóveis a comercializar		840	840	Capital social		433.878	774.972
Mútuos	16	-	2.550	Prejuízos acumulados		(21.047)	(339.844)
Ativo fiscal diferido	21	57.222	54.351	Ajuste de avaliação patrimonial		-	-
Outras contas a receber	9	31.997	41.753			412.831	435.128
Investimentos	11	-	-	Total do passivo e patrimônio líquido		522.398	501.177
Imobilizado	12	39.877	30.760				
Intangível		67	334				
		450.117	439.134				
Total do Ativo		522.398	501.177				

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
CNPJ: 48.540.421/0001-31
Demonstrações do resultado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita líquida de vendas	18	110.112	121.754
(-) Custo dos produtos vendidos	19	(91.659)	(92.566)
(=) Lucro/(prejuízo) bruto		18.453	29.188
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	19	(61.001)	(68.750)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(380)	(1.484)
Outras receitas/(despesas) líquidas	19	18.460	(18.194)
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(24.469)	(59.240)
Receitas financeiras	20	3.569	637
Despesas financeiras	20	(3.018)	(18.346)
(=) Resultado financeiro líquido		551	(17.709)
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(23.918)	(76.949)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	21	2.871	(1.588)
(=) Prejuízo do exercício		(21.047)	(78.537)
Lucro líquido por ação		(0,7946)	(0,0028)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
CNPJ: 48.540.421/0001-31
Demonstrações do resultado abrangente
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(=) Lucro líquido do exercício	(21.047)	(78.537)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(21.047)</u>	<u>(78.537)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
CNPJ: 48.540.421/0001-31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		774.972	-	-	3.682	(261.307)	517.347
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(3.682)	-	(3.682)
Prejuízo do exercício	17.c	-	-	-	-	(78.537)	(78.537)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		774.972	-	-	-	(339.844)	435.128
Absorção do Prejuízo acumulado		(339.844)	-	-	-	339.844	-
Redução de Capital		(1.250)	-	-	-	-	(1.250)
Prejuízo do exercício	17.c	-	-	-	-	(21.047)	(21.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		433.878	-	-	-	(21.047)	412.831

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
CNPJ: 48.540.421/0001-31
Demonstrações dos fluxos de caixa
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora	
		2023	2022
(=) Prejuízo do exercício		(21.047)	(78.537)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Constituição perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		-	450
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber		2.663	68
Depreciação e amortização	12	9.305	7.759
Provisão para contingências		(1.957)	(2.479)
Ganho na alienação de investimento		-	2.172
Resultado com impairment de ativos e passivo oneroso		(355)	(1.778)
Equivalência patrimonial	11.a	-	1.484
		<u>(11.391)</u>	<u>(70.861)</u>
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(273)	4.575
Contas a receber		(30.452)	(20.157)
Estoques		(2.354)	(614)
Precatórios a receber		3.519	1.938
Impostos a recuperar		2.283	68.824
Participações em consórcios		1.415	(7.951)
Despesas antecipadas		(430)	389
Outras contas a receber		8.243	32.987
Depósitos judiciais		6.036	(2.298)
Aumento líquido/(redução) nos passivos			
Fornecedores		8.308	80
Obrigações tributárias		(3.611)	8.560
Obrigações trabalhistas		3.406	118
Outras contas a pagar		23.832	(17.329)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		<u>19.922</u>	<u>69.122</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Mútuo com partes relacionadas	16	-	15.185
Investimentos em SCP's		-	359
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(19.243)	(12.578)
Recebimentos de dividendos de controladas e SCP's		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		<u>(19.243)</u>	<u>2.966</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Redução de capital		(1.250)	-
Mútuo com partes relacionadas	16	12.000	(716)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		-	(2.610)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		<u>10.750</u>	<u>(3.326)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>38</u>	<u>(2.099)</u>
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		695	2.794
No fim do exercício		733	695
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>38</u>	<u>(2.099)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (“Companhia”), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 26, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 11 de abril de 1968.

A Companhia tem por objeto social a construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplanagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armações e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massas asfáltica e outros minerais, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas tendo início de sua operação em junho de 1968.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de março de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 9 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 20 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Nota 14 - Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a doze meses, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

3.6. Instrumentos financeiros

3.6.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.6.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.7. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.8. Operações em conjunto (Consórcios)

A Companhia possui participações em consórcios, cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações.

As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da Companhia e suas controladas, assim como dos outros participantes dos consórcios, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica.

A Companhia registra em suas demonstrações contábeis sua parcela proporcional de sua participação em cada consórcio dos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas nos consórcios.

3.9. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros

A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade.

O valor recuperável de um ativo é a maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment").

3.11. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.12. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.16. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.17. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com prestação de serviço de construção civil é reconhecida no resultado respeitando o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia.

3.17.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023.

3.18.1. Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

3.18.2. Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “informações relevantes sobre políticas contabilísticas”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.18.3. Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

- Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

- Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two:

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

3.18.4. Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

3.19. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

3.20. Incorporação de controladas

As demonstrações contábeis abrangem a incorporação na Serveng Civilsan, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2023	2022
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral - Direto	Incorporada	100
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral - Direto	Incorporada	100

3.20.1. Incorporação das controladas

Em 1º de fevereiro de 2023, com o objetivo de otimizar as atividades do Grupo Serveng, a companhia incorporou a Nossa Casa engenharia Ltda. e Santa Cruz Rodovias S.A., suas controladas integrais.

Item	Valor em 28/02/2023	
	Nossa Casa	Santa Cruz
Bancos conta movimento	3	-
Contas receber	145	-
Deposito judicial	151	135
Partes Relacionadas	-	3.082
Fornecedores	(2.999)	(2)
Mútuos com partes relacionadas	(2.550)	-
Provisão para contingências	(56)	(11.439)
Valor líquido incorporado	<u>(5.306)</u>	<u>(8.224)</u>

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	
	2023	2022
Bancos conta movimento	733	695
Aplicações financeiras (a)	3.001	2.728
	<u>3.734</u>	<u>3.423</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 13,03% a.a. em 2023 (12,39% a.a. em 2022).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora	
	2023	2022
Contas a receber de terceiros	238.290	217.033
Medições a faturar (a)	20.146	20.146
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(37.092)	(46.287)
	<u>221.344</u>	<u>190.892</u>
Circulante	27.928	18.600
Não circulante	193.416	172.292

- (a) Valores correspondem a medições dos serviços prestados e não faturados devido autorização.

6. ESTOQUES

	Controladora	
	2023	2022
	Estoque (a)	11.577
	<u>11.577</u>	<u>9.223</u>

- (a) São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora	
	2023	2022
PIS	1.184	1.260
COFINS	364	690
CSLL	25	1.100
Imposto de renda	1.088	1.870
INSS	2.395	2.419
	<u>5.056</u>	<u>7.339</u>

Os créditos são oriundos da operação da Companhia.

8. PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS

	Controladora			
	2023	Aporte / Devolução	Apropriação	2022
Consórcios				
Belo Monte	6.001	(3)	191	5.813
Metro Linha 5	(5.154)	-	-	(5.154)
ROMA	6.332	-	(15)	6.347
CPTM - Linhas A – F	1.816	1	-	1.815
BR 135	(2.235)	36	(58)	(2.213)
Linha 9 Esmeralda	(327)	-	-	(327)
ETE Alcantara – SAG	(1.587)	1.617	(938)	(2.266)
Centro Seco – Ribeirão dos Meninos	(6.252)	13	14	(6.279)
Sabesp	9.967	(17)	3	9.981
Outeirinho	9.989	74	(142)	10.057
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(4.788)	61	-	(4.849)
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.964	-	(1)	3.965
DNIT Duplicação BR 101	(4.507)	-	-	(4.507)
BR 364	(2.143)	16	(17)	(2.142)
SP 320 - Lotes 5 e 7	(2.410)	-	(2)	(2.408)
ETE Bom Sucesso	1.106	-	-	1.106
Túnel Mogi	83	8	31	44
Trilhos Metropolitanos	6.114	(3.740)	848	9.006
Outros consórcios	5.965	921	(316)	5.360
	<u>21.934</u>	<u>(1.013)</u>	<u>(402)</u>	<u>23.349</u>
Provisão para perdas com encerramentos de consórcios	(4.225)			(4.225)
	<u>17.709</u>	<u>(1.013)</u>	<u>(402)</u>	<u>19.124</u>

Consórcios	Controladora			2021
	2022	Aporte / Devolução	Apropriação	
Belo Monte	5.813	(206)	3.540	2.479
Metro Linha 5	(5.154)	-	-	(5.154)
ROMA	6.347	-	(14)	6.361
CPTM - Linhas A – F	1.815	(3.590)	(514)	5.919
BR 135	(2.213)	(141)	226	(2.128)
Linha 9 Esmeralda	(327)	-	-	(327)
ETE Alcantara – SAG	(2.266)	(2.041)	1.573	(2.734)
Centro Seco – Ribeirão dos Meninos	(6.279)	(5)	21	(6.305)
Sabesp	9.981	(58)	1.811	11.734
Outeirinhos	10.057	(5)	27	10.079
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(4.849)	(3.541)	(187)	(1.121)
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.965	-	1	3.964
DNIT Duplicação BR 101	(4.507)	(55)	33	(4.529)
BR 364	(2.142)	(23)	12	(2.153)
SP 320 - Lotes 5 e 7	(2.408)	(8)	5	(2.411)
ETE Bom Sucesso	1.106	-	0	1.106
Túnel Mogi	44	(17)	48	21
DBO	-	-	6.788	(6.788)
Trilhos Metropolitanos	9.006	(6.681)	2.552	4.877
Outros consórcios	5.360	-	2.852	2.508
	23.349	(16.371)	18.774	15.398
Provisão para perdas com encerramentos de consórcios	(4.225)			(4.225)
	19.124	(16.371)	18.776	11.173

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2023	2022
Thadeu Penido (a)	26.983	36.758
Outros Créditos a receber	5.131	4.121
Outros adiantamentos	25	30
Opções de compra de ações (b)	4.995	4.995
Outros	710	183
	37.844	46.087
Circulante	5.847	4.334
Não Circulante	31.997	41.753

(a) O saldo de contas a receber corresponde a venda da empresa Serveng Transporte Ltda. ao Sr. Thadeu L M Penido.

(b) O montante corresponde a antecipação para o direito de compra das ações de Marcos A. Castro.

10. PRECATÓRIOS A RECEBER

	Consolidado	
	2023	2022
Departamento de Estradas e Rodovias (a)	67.959	71.478
Prefeitura de Cotia (b)	2.650	2.650
Prefeitura de Osasco(b)	3.025	3.025
AGETOP (b)	2.675	2.675
DER/GO (b)	3.531	3.531
Outros (b)	7	7
	79.847	83.366

- (a) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, tendo o vencimento final em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está sendo cobrado judicialmente e atualizados monetariamente até novembro de 2009, pelo índice de atualização definido judicialmente em 2022 a Companhia verificou a expectativa do montante e decidiu não reajustar entendendo que o montante provisionado é suficiente do que está discussão;
- (b) Outros precatórios, a receber refere-se a contratos de obras executados pela Companhia para diferentes órgãos.

11. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

	2023	2022
Investimentos por equivalência patrimonial (a)	(11.131)	(11.168)
Incorporação	11.131	-
Participações em sociedades em conta participação (b)	15.998	15.457
(-) Aporte a capitalizar	(1.193)	(615)
(-) Provisão para perda de investimentos (C)	(14.805)	(14.805)
	<u>-</u>	<u>(11.131)</u>
Investimentos		
Provisão para perdas em investimentos	-	(11.131)

- (a) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas
- (b) Participação na empresa Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A., com investidor tendo a obrigação de aportar.
- (c) O montante corresponde a provisão para perda de investimento realizada na SCP Mendes Junior – TRSF, devido a sua recuperabilidade, do investimento.

12. IMOBILIZADO

	2023	2022
Terrenos	-	736
Máquinas e equipamentos	15.776	9.674
Veículos	17.223	13.186
Edifícios e construções	2.349	2.536
Benfeitorias	2.078	2.245
Móveis e utensílios	155	127
Equipamentos de informática	250	210
Imobilização em andamento	2.046	2.046
	<u>39.877</u>	<u>30.760</u>

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Controladora

Descrição	Taxa	2023	Adições	Baixas	2022	Adições	Baixas	2021
Custo								
Terrenos	-	-	-	(736)	736	-	(362)	1.098
Máquinas e equipamentos	4 a 25	150.700	10.550	(4.698)	144.848	294	(19.970)	164.524
Veículos	10 a 25	81.806	8.508	(11.931)	85.229	11.005	(30.084)	104.308
Edifícios e construções	2,8	11.439	-	-	11.439	-	(6.733)	18.172
Instalações e Benfeitorias	4 a 25	3.978	-	-	3.978	-	(224)	4.202
Móveis e utensílios	10	3.254	81	(3)	3.176	198	(9)	2.987
Equipamentos de informática	20	5.853	104	-	5.749	118	(32)	5.663
Imobilização em Andamento		2.046	-	-	2.046	965	-	1.081
Total do Custo	-	259.076	19.243	(17.368)	257.201	12.580	(57.414)	302.035
Depreciação								
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(134.924)	(4.459)	4.709	(135.174)	(5.036)	(46.104)	(84.034)
Veículos	10 a 25	(64.583)	(4.381)	11.841	(72.043)	(1.511)	7.973	(78.505)
Edifícios e construções	2,8	(9.090)	(187)	-	(8.903)	(618)	6.276	(14.561)
Instalações e Benfeitorias	4 a 25	(1.900)	(167)	-	(1.733)	(173)	16	(1.576)
Móveis e utensílios	10	(3.099)	(52)	2	(3.049)	(369)	131	(2.811)
Equipamentos de informática	20	(5.603)	(64)	-	(5.539)	(52)	35	(5.522)
		(219.199)	(9.310)	16.552	(226.441)	(7.759)	(31.673)	(187.009)
		39.877	9.932	(816)	30.760	4.821	(89.087)	115.026

13. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controladora	
	2023	2022
Fornecedores Serviços	8.883	4.340
Material	4.438	980
Outros	570	229
	<u>13.891</u>	<u>5.583</u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se a prestações de serviços e materiais designados a construção Civil. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora	
	2023	2022
Parcelamentos tributários (a)	17.861	22.212
ISS	1.168	102
COFINS	84	662
PIS	14	144
ICMS	28	386
Outros	1.180	440
	<u>20.335</u>	<u>23.946</u>
Circulante	8.448	7.376
Não Circulante	11.887	16.570

(a) Os correspondem a tributos federais, parcelados diretamente na Receita Federal.

15. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

	Controladora	
	2023	2022
Processos Trabalhistas	6.835	3.507
Processos Cíveis	9.569	2.939
Processos Tributários	7.798	7.042
	<u>24.202</u>	<u>13.488</u>

15.1. Ações das controladas possíveis

15.1.1. Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, geralmente, discussões relativas à exigência feita pelo IBAMA- SP no processo administrativo ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, discuti nesta ação judicial ambiental o valor de R\$59mil em 31 de dezembro de 2023.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

15.1.2. Ações cíveis

A Companhia é parte em ações de natureza cível através do polo passível, as quais têm como objeto, geralmente discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob responsabilidade da Companhia no montante de R\$398.135mil em 31 de dezembro de 2023.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

15.1.3. Ações tributárias

A Companhia é parte em ações tributária através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$132.822mil em 31 de dezembro de 2023.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

16. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante)		Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante) (a)	
	2023	2022	2023	2022
Nossa Casa	-	2.550		
Soares Penido	-	-	12.000	-
	-	2.550	12.000	-

- (a) Os saldos correspondem a valores a pagar referente a mútuo com a sua controladora, não havendo incidência de juros;

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

17. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$433.878 mil em 31 de dezembro de 2023, está representado por 26.486.760 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e em valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais. Em razão do prejuízo da Companhia, o valor foi absorvido pelo prejuízo contábil do período, conforme DMPL.

(c) Prejuízos acumulados

A Companhia apurou prejuízo contábil antes no montante de R\$21.047 mil em 31 de dezembro de 2023 (de R\$78.537 em 31 de dezembro de 2022):

	2023	2022
Saldo inicial	(339.844)	(261.307)
Absorção do prejuízo	339.844	-
Prejuízo do exercício	(21.047)	(78.537)
Prejuízo acumulado líquido	<u>(21.047)</u>	<u>(339.844)</u>

18. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Receitas		
Receita de Serviço	116.317	134.681
Impostos sobre faturamento	(6.205)	(12.927)
Receita líquida	<u>110.112</u>	<u>121.754</u>

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pela prestação de serviço executada. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	2023	2022
Depreciação e amortização	(9.427)	(6.974)
Custo do produto vendido	(17.410)	-
Custo com mão de obra	(35.827)	(23.248)
Serviços de terceiros	(22.773)	(25.715)
Despesas com pessoal	(11.443)	(39.905)
Despesas com serviços	(14.423)	(19.283)
Despesas tributárias	(2.255)	(14.886)
Baixa de ativo imobilizado	18.211	(18.324)
Aluguel	(1.594)	-
Outros	(37.260)	(31.175)
	<u>134.201</u>	<u>(179.510)</u>

Classificação por Função	2023	2022
Custo do produto vendido	(91.659)	(92.566)
Despesas administrativas (i)	(61.001)	(68.750)
Outras receitas/(despesas) líquidas	18.461	(18.194)
	<u>(134.201)</u>	<u>(179.510)</u>

(i) Inclui a depreciação.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.372	333
Juros sobre precatórios	1.521	-
Juros recebidos	-	67
Descontos obtidos	676	237
	<u>3.569</u>	<u>637</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(67)	(183)
Juros incorridos	(2.663)	(17.535)
Outras despesas financeiras	(288)	(628)
	<u>(3.018)</u>	<u>(18.346)</u>
Total	<u>551</u>	<u>(17.709)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

	2023	2022
Ativo		
Imposto de renda e contribuição social diferida:		
Diferenças temporárias	(3.467)	(2.923)
Prejuízos fiscais	(53.755)	(51.428)
Total diferido ativo	<u>(57.222)</u>	<u>(54.351)</u>
Passivo		
Imposto de renda e contribuição social diferida:		
Exclusões temporárias de órgãos públicos	-	-
Depreciação valor justo	-	-
Atualização precatórios	-	-
Outras exclusões e adições	-	-
Total diferido passivo	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(57.222)</u>	<u>(54.351)</u>
IR e CS diferido		
IR e CSLL sobre result. de partic. Societ	-	-
Outras Adições/exclusões permanentes	6.486	4.191
Diferenças temporárias	<u>1.957</u>	<u>480</u>
Alíquota combinada de IR e CS	34%	34%
IR e CSLL diferido	<u>(2.871)</u>	<u>(1.588)</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

22.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

22.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	13.891	-	-

22.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

22.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição máxima é de R\$225.078 (R\$194.315 em 2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

22.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

22.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	733	695	733	695
Aplicações financeiras	3.001	2.728	3.001	2.728
Contas a receber	221.344	190.892	221.344	190.892
Outras contas a receber	37.844	46.087	37.844	46.087
Total	262.922	240.402	262.922	240.402
Passivos financeiros				
Fornecedores	13.891	5.583	13.891	5.583
Outras contas a pagar	32.999	9.167	32.999	9.167
Total	46.890	14.750	46.890	14.750

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2023		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	733	-	-
Aplicações financeiras	-	3.001	-
Contas a receber	221.344	-	-
Outras contas a receber	37.844	-	-
Total	259.921	3.001	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	13.891
Outras contas a pagar	-	-	32.999
Total	-	-	46.890
Consolidado	2022		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	695	-	-
Aplicações financeiras	-	2.728	-
Contas a receber	190.892	-	-
Outras contas a receber	46.087	-	-
Total	237.674	2.728	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	5.583
Outras contas a pagar	-	-	9.167
Total	-	-	14.750

22.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

Thadeu Luciano Marcondes Perido
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci
CRC 1 SP 252875/O-1
Contador